

## Questão Discursiva para Seleção de Estágio em Direito

Ministério Público Federal (MPF)

### Enunciado

Para compreender a atuação do Ministério Público Federal na defesa dos direitos humanos, é fundamental conhecer dois casos recentes em que o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Ambos os julgados revelam como a violência de gênero e o racismo estrutural operam nas falhas dos sistemas de justiça e de segurança pública.

O primeiro é o Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil (2017). Este caso tratou de incursões da Polícia Civil do Rio de Janeiro ocorridas em 1994 e 1995, que resultaram em execuções extrajudiciais (registradas à época como "autos de resistência") e em atos de tortura e violência sexual contra três mulheres, duas delas adolescentes. A Corte IDH condenou o Brasil por não realizar uma investigação independente e imparcial, determinando ao Estado o estabelecimento de sistemas de controle externo e prestação de contas (accountability) para investigar o uso da força letal e da violência sexual pela polícia sob uma perspectiva de gênero e étnico-racial. A partir dessa condenação, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução nº 310/2025 que regula a atuação do Ministério Público na investigação de mortes, violência sexual, tortura, desaparecimento forçado e outros crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções de órgãos de segurança pública.

O segundo é o Caso Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil (2021). Márcia, uma jovem estudante negra, foi assassinada em 1998 por um então deputado estadual. O processo foi marcado por extrema lentidão, pelo uso indevido da imunidade parlamentar para blindar o agressor e por uma investigação de caráter discriminatório, na qual a vítima foi culpabilizada por meio de estereótipos machistas. A Corte IDH concluiu que o Estado falhou no dever de devida diligência e ordenou a criação de protocolos nacionais para investigação e julgamento com perspectiva de gênero, que impulsionou a elaboração Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que consiste no Protocolo de atuação com Perspectiva de Gênero.

### Situação Hipotética

O MPF recebeu diversas denúncias de que agentes de uma força policial federal, durante operações ostensivas e de repressão, estão praticando rotineiramente revistas vexatórias de cunho sexual em mulheres negras e agressões contra a população local em uma comunidade tradicional de alta vulnerabilidade socioeconômica, que vive à margem de uma rodovia federal, dentro de uma unidade de conservação ambiental. Adicionalmente, as denúncias apontam que as operações têm destruído áreas de preservação ambiental da comunidade e inviabilizado o funcionamento do posto de saúde local e da escola pública.

Na condição de candidato(a) ao estágio no MPF, redija um texto dissertativo abordando, obrigatoriamente, os seguintes tópicos sob a ótica do Direito Constitucional:

1. Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais: Analise as condutas narradas à luz do art. 5º da Constituição Federal (CF), bem como as violações aos direitos fundamentais à saúde, à educação, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.
2. Princípios Constitucionais da Administração Pública: Demonstre como a atuação discriminatória e violenta dos agentes policiais viola os princípios do art. 37, caput, da CF.
3. Funções Essenciais à Justiça e o Papel do Ministério Público: Com base nos arts. 127 a 130 da CF, explique o papel do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e democrática frente ao caso

concreto, bem como levando em consideração as condenações internacionais referidas no enunciado, conceituando o controle externo da atividade policial como mecanismo de garantia constitucional.

### **Espelho de Resposta / Critérios de Avaliação**

#### **1. Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais (Art. 5º e Direitos Difusos/Sociais)**

O(A) candidato(a) deve demonstrar que as revistas vexatórias, as agressões e o assédio moral/sexual violam o caput e incisos do art. 5º da CF, que garantem a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Deve apontar ofensa direta ao princípio da dignidade da pessoa humana e à isonomia, ressaltando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Ao mencionar a destruição ambiental e o fechamento de escolas e postos de saúde, o(a) candidato(a) precisa conectar os fatos à violação dos direitos sociais (saúde e educação, art. 6º) e ao direito fundamental de terceira dimensão (ou geração) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225). A resposta será valorizada se evidenciar que a igualdade constitucional pressupõe uma dimensão material, a qual não tolera a discriminação de raça e gênero por parte de agentes estatais.

#### **2. Princípios Constitucionais da Administração Pública (Art. 37, \*caput\*)**

Espera-se que o(a) candidato(a) aplique o art. 37, caput, da CF, que impõe os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência à Administração Pública direta e indireta. Deve ser explicado que o assédio e a violência de gênero/raça ofendem a legalidade (visto que o agente público só pode agir nos estritos limites da lei) e a impessoalidade (pois o tratamento discriminatório desvia o ato de sua finalidade pública para satisfazer preconceitos subjetivos).

#### **3. Funções Essenciais à Justiça e o Ministério Público (Arts. 127 a 130 e Art. 134)**

O(A) candidato(a) deve conceituar o Ministério Público, conforme o art. 127 da CF, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Deve destacar a função prevista no art. 129, inciso VII, da CF: o controle externo da atividade policial. É fundamental explicar que esse controle visa prevenir e corrigir ilegalidades e abusos de poder para salvaguardar os direitos constitucionais lesados e correlacionar com as decisões da Corte Interamericana referidas nos enunciados.